

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

R\$ (1,00)

NOTA 01 - ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- a) Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- b) Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- c) Produzir massa asfáltica;
- d) Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- e) Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- f) Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- g) Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Informação;
- h) Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- i) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 10 de março de 2023. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para perdas dos investimentos sem respectiva recuperação ou pelos rendimentos auferidos.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº 07.

O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

e) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de seu valor recuperável.

Esses ativos estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes.

Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação

às demonstrações contábeis são ajustadas pelo seu valor presente.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que os recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável seja feita. Essa avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias variadas de causas processuais.

NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS

4.1 – Parcelamento Lei 11.941/2009 de 27.05.2009

No exercício de 2022, foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos Federais e contribuições previdenciárias.

Circulante	2022	2021
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	115.392	2.776.676
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	68.725	1.649.440
Receita Federal do Brasil - demais débitos	7.745	185.608
TOTAL	191.862	4.611.724

Não Circulante	2022	2021
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	4.915.809	4.915.809
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	2.906.058	2.906.058
Receita Federal do Brasil – demais débitos	326.083	326.083
TOTAL	8.147.950	8.147.950

NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais:

5.1 – Duplicatas a receber

Cliente	2022	2021
----------------	-------------	-------------

Prefeitura Municipal de Santos

Serviços Conservação de Vias	1.291.568	328.061
Serviços Diversos (Limpeza, Engenharia e Arquitetura, Informática)	7.887.437	6.345.661
Terceiros		
Serviços Diversos	351.447	484.690
Total Geral	9.530.452	7.158.412

5.2 – Valores a Receber	2022	2021
Circulante		
Outros valores a Receber	8.437	10.714
Total no Circulante	8.437	10.714

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

6.3 – OUTROS VALORES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em decorrência de alguns processos trabalhistas em andamento, a empresa mantém valores de depósitos recursais em contas judiciais.

Composição

6.1 – Outras Contas a Receber	2022	2021
Adiantamentos	197.238	172.348
Outros Créditos	385.802	361.089
6.2 – Retenções		
Retido na fonte – ano base 2022	897.482	-
Retido na fonte – ano base 2021	535.132	726.388

Retido na fonte – ano base 2020	-	116.520
6.3 – Imposto s/Circ.Mercadorias	-	89.780
Total	2.015.654	1.466.125

Não Circulante

6.3-Outros Valores/Depósitos Judiciais	605.725	1.441.608
Total	605.725	1.441.608

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
				2022	2021
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	7.935.874	14.524.151	15.422.551
Máquinas/ Equipamentos	10/20	2.947.041	2.635.026	312.015	350.348
Móveis/ Utensílios	10/20	964.556	671.663	292.893	177.225
Veículos	20	1.202.777	1.049.777	153.000	-
Instalações	10/20	245.913	110.152	135.761	139.379
Outros	10/20	79.724	63.170	16.554	10.694
Total		101.341.715	12.465.662	88.876.053	89.541.876
Intangível	10/20	414.228	388.423	25.805	35.220

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

Composição	2022	2021
INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	590.610	718.529

FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS	425.319	374.155
Outras Obrigações	12.601	6.921
Total	1.028.530	1.099.605
PARCELAMENTOS		
LEI 11.941- OBRIGAÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS		
Parcelamento 180 meses	115.392	2.776.676
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	549.137	549.137
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	631.689	631.689
Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
Honorários Advocatícios – 60 parcelas	137.849	137.849
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	1.137.042	1.516.056
TOTAL	2.571.109	5.611.407
TOTAL GERAL	3.599.639	6.711.012

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Composição		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS		
Contribuições a Vencer	526.742	299.104
Contribuições Vencidas	27.731.237	19.908.674
Programa Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP		
Contribuições a Vencer	114.238	64.788
Contribuições Vencidas	5.281.364	3.638.323
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE		
Contribuições a vencer	424.540	376.779
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		
Contribuições a vencer	7.489	5.379
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.059	5.958
Total	34.099.669	24.299.005
PARCELAMENTOS		
Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS		

Parcelamento 180 meses	378.841	2.238.211
Total no Circulante	378.841	2.238.211

Não circulante

Obrigações Tributárias

Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamento 180 meses	3.232.141	3.534.513
TRIBUTOS DIFERIDOS	25.343.737	25.649.193
Total	28.575.878	29.183.706

Os débitos com os impostos, Cofins e Pasep estão sendo contestados na justiça, a Empresa através do escritório TREVISAN ADVOGADOS ajuizou Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, a ação tem como objeto a declaração de isenção dos impostos sobre os repasses da Prefeitura Municipal de Santos.

NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

	2022	2021
10.1 – Composição		
<u>OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIARIAS</u>		
<u>I.N.S.S./SALÁRIO EDUCAÇÃO</u>		
Parcelamento 240 meses	145.010.491	145.010.491
<u>LEI 11.941-OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS</u>		
Parcelamento 180 meses	4.915.809	4.915.809
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	228.807	777.943
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	368.485	1.000.174
Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
Honorários Advocatícios – 60 parcelas	91.900	229.749
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	379.014	1.137.043
Total	150.994.506	153.071.209

OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

LEI 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamento 180 meses	3.232.141	3.534.513
Total	3.232.141	3.534.513

OUTRAS OBRIGAÇÕES

Amortização Parcelamento-Prefeitura Municipal de Santos-PMS

Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002	150.589.086	131.878.029
Fundo de Participação Municipal - FPM	-	-
Outras Amortizações-Parcelamento Convencional	4.473	4.473
Obrigações com Ações Judiciais	740.437	730.717
Parcelamento Fornecedor	1.980.992	-
Tributos Diferidos	25.343.737	25.649.193
Total	178.658.725	153.262.412
TOTAL GERAL	332.885.372	314.868.134

10.2 – Parcelamentos

10.2.1 – INSS

O saldo de R\$ 145.010.491 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias sua a amortização estava sendo realizada através da retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios -FPM, os valores foram retidos até junho/2022, com o término do prazo do Termo de Amortização de Dívida Fiscal - Tad nº 60.150.819-0, conforme cláusula 9ª determinava o prazo de 240 meses para a amortização da dívida, o saldo remanescente seria repactuado ao final da vigência do acordo, desta forma, a Prodesan está acompanhando junto a Prefeitura Municipal de Santos as condições que serão firmadas para resolução do parcelamento do saldo remanescente.

10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garante o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da PRODESAN junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Firmado com a Prefeitura o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2022, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 150.589.086.

10.2.3 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

10.2.4 – Parcelamentos – Lei 11.941/09 Conforme nota explicativa nº 4.

10.2.5 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

Composição	2022	2021
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Férias e Encargos	7.084.089	6.847.633
Total	7.084.089	6.847.633
OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS		
Circulante	568.793	3.303.329
Não Circulante	683.562	687.037
Total	1.252.355	3.990.366
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		
Não Circulante	56.875	43.680
Total	56.875	43.680
Total Geral	8.393.319	10.881.679

As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado.

NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação patrimonial da empresa no exercício de 2022 apresentou prejuízo, o fator principal foi os encargos financeiros no montante de R\$ 18,1 milhões referente a multa, juros e correção monetária com parcelamentos firmados, destacando os parcelamentos Lei 11941/2009 e Lei 10522/2002 conforme termo 43/2011 celebrado com a Prefeitura Municipal de Santos (nota 10.1). O resultado seria superavitário, excluindo os encargos financeiros na ordem de R\$ 4 milhões.

13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos sociais representaram no exercício, um dispêndio de R\$ 59 milhões.

13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, neste exercício não ocorreu aporte de recursos pela acionista majoritária.

13.3 – Encargos Financeiros

Os encargos financeiros com multa, juros e atualização monetária são decorrentes principalmente da dívida com o parcelamento da Lei 11.941/2009 e LEI 10.522/2002, no exercício atingiu o montante de R\$ 18,1 milhões.

13.4 – Receitas Operacional Líquida / Custo dos Serviços / Produtos / Lucro Bruto

Ocorreu um aumento de R\$ 9,7 milhões na receita operacional equivalente a 14 % em comparação ao exercício anterior, os custos dos serviços /produtos aumentaram em R\$ 4,1 milhões equivalente a 7 %. No exercício foi obtido um lucro operacional de R\$ 18,6 milhões equivalente a 24 % da receita operacional líquida.

13.5 - Resultado do Exercício

No exercício de 2022, apurado o prejuízo de R\$ 13,9 milhões, o resultado do exercício foi impactado principalmente pelos encargos financeiros no montante de R\$ 18,1 milhões conforme nota 13.3.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 4.104.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detém 4.101.270.728 ações, correspondente a 99,9%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de Ajustes de Avaliação Patrimonial até a sua efetiva realização.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2022 estão assim constituídas:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	21.915.000
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	936.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	936.000
Veículos – Danos Morais	312.000
Total	24.099.000

ODAIR GONZALEZ
Diretor Presidente

GEONISIO PEREIRA DE AGUIAR
Diretor Administrativo-Financeiro

REGINA RODRIGUES DOS SANTOS
CRC 1SP 158.507/O-0